

COLHENDO OS CACOS DOS CORAÇÕES NO OLHO DO FURACÃO: MÃES ENLUTADAS SOBREVIVENDO A PANDEMIA E VIVENDO O *BLACK LIVES MATTER*¹

José Rolfran de Souza Tavares – PPGAS-UFRN/Rio Grande do Norte

Resumo:

O Rio Grande do Norte nos últimos anos esteve entre os estados brasileiros com a maior taxa de homicídios contra jovens, sendo as pessoas assassinadas majoritariamente homens, negros e pobres. Partindo desse problema social e considerando que são as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados desses sujeitos, buscando cotidianamente formas de salvaguardá-los do risco de morte, na minha pesquisa de mestrado procurei compreender quais as percepções de segurança pública e as estratégias de manutenção da vida de jovens negros que “mães” que já tinham perdido um “filho” adotam para que outros tutelados com o mesmo perfil não morram. Para realizar a dissertação, foi feita uma etnografia da relação de maternagem de seis mulheres que moram em uma região da cidade de Parnamirim-RN com problemas de violência urbana desde o final da década de 90. Um dos movimentos que fiz para atingir esse objetivo foi compreender como as mães lidam com tal configuração social, recebendo especial destaque as recentes transformações do mundo devido à pandemia de coronavírus e à luta internacional pela vida das pessoas negras. Neste trabalho me proponho a aprofundar as reflexões sobre como essas mulheres estavam reconstruindo o mundo delas e de suas famílias em meio ao luto da perda de um filho e os dois eventos de grande impacto internacional acima citados.

PALAVRAS-CHAVE: Maternagem. Pandemia. Black Lives Matter.

Introdução:

Muito provavelmente a maioria das pessoas ao recordar março de 2020 lembrará da rápida mudança do seu modo de viver, naquele mês daquele ano foi declarada a pandemia de coronavírus. Cuidados sanitários, até então não rotinizados, eram

1 Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

estimulados e tiveram até que ser obrigados, já que agitadores políticos negacionistas, talvez querendo mostrar virilidade e originalidade, inflamavam suas bases de apoio para se oporem a convenções internacionais de saúde. Máscaras cobrindo boca e nariz, álcool nas mãos ou água e sabão sempre que fosse tocado em uma superfície ou em alguém, evitar estar próximo fisicamente de outras pessoas e principalmente em aglomerações, eram algumas das precauções exaustivamente midiaticizados, condensando-se em um clamor pela restrição de circulação com *slogan* “Fique em casa”.

Porém as vezes tudo isso era insuficientemente convincente em um país com profundas desigualdades sociais, no qual muitas/muitos que nele habitam não possuíam condições socioassistenciais, trabalhistas ou previdenciárias que as/os assegurassem recursos suficiente para seguir tal orientação. Em meio a isso floresceu o pleito por um auxílio que garantisse condições mínimas de sobrevivência as famílias pobres, reivindicação tão pungente que fez em pouco tempo a proposta de renda mínima não ser mais vista como uma utopia. Aquilo apontava para uma mudança que favoreceria as classes populares e essa conquista era um desejo tão massificado que não a atender poderia gerar sabe-se lá qual tipo de revolta.

Naquele período acompanhava essas tensões como um trabalhador da política de assistência social, era também um mestrando em vias de iniciar as atividades de campo, perdido em meio a tantas transformações, precisei repensar as ações da minha pesquisa. Pretendia trabalhar em Natal/RN e região metropolitana com mães que tiveram um dos “filhos”² assassinados, queria refletir sobre a percepção de segurança pública e as estratégias de manutenção da vida de jovens negros que elas tinham, todavia, para não desrespeitar as normas de biossegurança quanto ao deslocamento, decidi manter como colaboradoras de pesquisa apenas mulheres que já encontrava nos meus percursos cotidianos, minhas vizinhas. Além disso, por ter certo conhecimento de como acessar direitos sociais, estava assessorando pessoas que residiam próximo da minha casa a solicitarem serviços e benefícios públicos, essa atitude acabou sendo mais uma ponte para construção de vínculos com as mães que convidei para participar da pesquisa.

Sobre essas circunstancias, defini como colaboradoras de pesquisa cinco mulheres residentes no “território 2” de Parnamirim-RN, um conjunto de bairros periféricos ao oeste de um município limítrofe com a capital potiguar. Aquele era um

2 Filhos aqui são entendidos como todos os tutelados.

lugar historicamente marginalizado, formado majoritariamente por pessoas pobres e não brancas, onde o processo de urbanização era precário e acumulava problemas de segurança pública desde a década de 90. No primeiro capítulo da minha dissertação (TAVARES, 2021, p. 11-41) desenvolvo melhor essas informações, as trago aqui porque elas foram pertinentes para que eu entendesse de onde as mulheres com quem trabalhei estavam tirando forças para fazer contrapeso, não deixando o mundo delas e de seus familiares virar de cabeça pra baixo em meio aos estremecimentos de viver uma pandemia em situação de vulnerabilidade social, elas tinham adquirido aquela robustez porque eram quem quase diariamente pressionava para que os serviços públicos atendessem adequadamente a si e toda sua parentela, discutirei sucintamente essas movimentações na primeira parte deste artigo, mas há um tópico no terceiro capítulo da minha dissertação onde reflito calmamente sobre elas (TAVARES, 2021, p. 81-93).

Foram também aquelas mulheres que, com mais ou menos fôlego, reorganizaram sua unidade doméstica para continuar existindo mesmo depois da perda de um dos membros. As múltiplas violações com que se depararam as formatou como sujeitos de tamanha maleabilidade que elas absolviam no cotidiano a mortandade juvenil como um norteador para suas técnicas de maternagem, noção que na minha leitura não mudou muito quando as mobilizações pela valorização da vida do povo negro efervesceram internacionalmente, esse debate será pontuado na segunda parte deste artigo, assim como está em dois dos tópicos do terceiro capítulo da dissertação que produzi (TAVARES, 2021, p. 78-81 e 94-106).

Processar o intragável se for necessário para se manter viva e não deixar morrer quem está sobre seus cuidados, algo tão complexo para analisar que eu não teria conseguido minimamente nenhum avanço significativo se não tivesse ao meu lado alguém que já fosse acostumada com esse traquejo. Foi minha mãe (Francisca) quem me acompanhou em campo e me ajudou a produzir muitas das compreensões sobre o que observávamos, tornando-se a sexta das minhas colaboradoras de pesquisa. Trago os registros etnobiográficos dessas mulheres no segundo capítulo da minha dissertação (TAVARES, 2021, p. 42-77), eles foram a base para leitura que fiz sobre suas maneiras de maternarem.

Assim, meu objetivo em retrabalhar esses recortes neste artigo é entender, sob a ótica de uma bibliografia da antropologia do Estado-nação, como minhas colaboradoras

de pesquisa, ao reconstruírem ou não deixarem que fosse destruído o mundo delas e de sua parentela frente ao luto da perda de um familiar e dois eventos de grande impacto internacional, estavam fazendo família e Estado ao buscarem serviços públicos em um território marcado por precariedades e pela violência urbana. Já que elas eram as principais responsáveis pelos cuidados aos parentes que estavam em sua unidade doméstica, tendo que lidar com as dinâmicas de funcionamento das instâncias estatais que devem garantir o acesso a direitos sociais no território em que habitavam.

Cuidadoras pobres em um mundo pandêmico

Quando iniciou uma forte mobilização de controle sanitário para reduzir os impactos do coronavírus, o termo “guerra” foi acionado como analogia para o forte esforço de prevenção ao adoecimento em massa. Acredito que o uso dessa palavra tão impactante tinha a intenção de gerar uma grande subjetivação coletiva violentamente reativa. Para isso, no Brasil, assim como em muitos lugares do mundo, entendo que, devido a difusão pelos canais de maior circulação de notícias sobre a priorização do combate a pandemia como principal interesse comum, foi produzida uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2006) onde todos os membros deveriam ter como principal preocupação a biossegurança, pois a covid-19 era propagandeada como o principal risco a vida e evitar a infecção era proclamado como o mais importante cuidado para autopreservação da população brasileira. Essa formulação parecia seguir uma receita similar à das postulações nacionalistas.

Ao acompanhar como naquele período as mulheres com quem trabalhava estavam lidando com as fragilidades da seguridade social e da segurança pública no seu território, constatei que a crise sanitária era só mais um dos sérios problemas que deveriam ser resolvidos por um grande esforço conjunto, isso fez com que me alinhasse as críticas contundentes de Mbembe (2020) sobre a necessidade de redimensionamento das prioridades que estavam sendo estabelecidas, pois achava válido que “tudo o que condena a grande maioria da humanidade à paragem prematura de respiração” devesse receber igual atenção (MBEMBE, 2020, on-line). Além disso, como bem já havia discorrido Chatterjee (2008), as diferentes maneiras de conceber o que é basilar de uma coletividade entendida como parte de uma nação são respostas a um campo de poder, sendo por isso relevante também observar como sujeitos marginalizados interagem com

tentativas de as/os englobar em narrativas comunitárias que não consideram suas particularidades. Nesse sentido, abaixo analiso eventos que aconteceram nas famílias das mulheres com quem trabalhei que são relativos à pandemia e à sua forma concreta no setor pesquisado.

Das seis mulheres com quem trabalhei, três estiveram constantemente em contato comigo no período em que decidi não realizar atividades de campo em espaços fechados, já que as contaminações por coronavírus estavam em alta no RN (entre março e setembro de 2020), isso porque eram as que demandavam mais suporte para acessar direitos sociais. Elas tinham em comum a responsabilização por parentes acometidos de adoecimentos potencialmente incapacitantes, que por isso requeriam cuidados de saúde específico e acesso a benefícios socioassistenciais ou previdenciários.

Essas mulheres eram: Francisca³, principal responsável pelos cuidados de um familiar adulto com problemas neuropsiquiátricos, que havia apresentado sintomas graves em fevereiro de 2020, tendo que iniciar o tratamento com urgência, por isso recebendo um laudo temporário de incapacidade para atividades laborais, permitindo que ele solicitasse o auxílio-doença; Jaciele, mãe de um menino de 12 anos, que, nas palavras dela, “tem uma banda morta e sangra”, necessitando de medicações diariamente e exames periódicos, situação que somada ao perfil socioeconômico da família permitia que ele fosse contemplado pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴, informação que Jaciele soube no curso da pesquisa; e Dona Dores, cuidadora do companheiro idoso que estava com câncer de próstata em fase terminal, o qual arcava com os custos do tratamento com o dinheiro do BPC, renda que também servia para as despesas da família, já que era a única da sua casa.

O começo da pandemia foi o mesmo momento que Francisca intensificou as peregrinações para conseguir um acompanhamento regular para seu parente adoecido, já que uma série de irregularidades estavam acontecendo na gestão da saúde no território 2, além dos maus tratamentos em serviços privados destinados a pessoas com baixo poder aquisitivo, um recurso acessado por ele para realizar um dos exames. Isso a deixava revoltada, pois ela entendia que tais falhas aumentavam o risco dela e os demais familiares serem contaminados pelo coronavírus, porém compreendia que era um

3 Utilizei pseudônimo para todas as minhas colaboradoras, com exceção da minha mãe, porque como já revelei nosso grau de parentesco, qualquer leitora/leitor pode facilmente consultar a identidade dela através das ferramentas de busca da internet.

4 salário-mínimo concedido a pessoas com deficiência ou idosas de famílias de baixa renda.

estresse menor do que se o parente necessitasse novamente das instituições de urgência hospitalar, que naquele momento estavam colapsando.

Articulado com ela, decidimos reagir a isso reclamando desses problemas na Unidade Básica de Saúde (UBS), reportando para ouvidoria (depois de inúmeras tentativas, já que os contatos disponibilizados não completavam a ligação ou chamavam até cair) e tentando mediar, propondo matérias sobre essas falhas nas duas maiores emissoras de TV do estado, mas elas não quiseram levar ao ar o que relatamos. A cobrança da ouvidoria a UBS fez com que alguns procedimentos melhorassem significativamente, entretanto, por ter questionado a atuação de alguns/algumas dos/das profissionais, gerou retaliações de parte da equipe a nossa família.

Nessa situação a demanda para acessar o auxílio-doença foi mais um ponto desgastante, visto que, por causa das medidas sanitárias do período pandêmico, as agências do Instituto do Seguro Social (INSS) foram fechadas e levou por volta de um mês para o governo federal dar alguma alternativa para a concessão desse direito previdenciário. A demora para o recebimento desse recurso só não impediu a realização do exame e da compra das medicações para aquele parente, pedidos com urgência para iniciar o tratamento com celeridade pelo primeiro neuropsiquiatra que o atendeu, porque a família extensa de Francisca arcou com parte dos custos.

Semelhante a Francisca, porém um pouco mais ousada porque acreditava que “Deus” a protegeria e por isso poderia se deslocar sem máscaras, Jaciele ainda fazia longos percursos por diversas instituições para garantir condições mínimas de subsistência para seu núcleo familiar. Em uma das vezes que ela foi na minha casa para saber como estava a pesquisa, conversamos sobre a possibilidade do filho dela receber o BPC e ser priorizado em um programa habitacional em curso no município. Com muita disposição, essa colaboradora já começou no dia seguinte a realizar os trâmites para conseguir tais direitos, porém esbarrou na necessidade de atualização dos exames do filho, que atrasariam a conquista do que estava sendo requisitado se fosse esperar pela concessão via Sistema Único de Saúde (SUS). Isso fez com que ela decidisse dedicar parte considerável da única renda fixa da família, o auxílio emergencial⁵, para pagar por tais procedimentos em clínicas privadas. Quando soube disso, a orientei a procurar a

5 Benefício socioassistencial concedido de forma temporária no período da pandemia para pessoas de baixa renda.

defensoria para pedir o ressarcimento, ao que ela concordou, dizendo que daria entrada no processo o mais brevemente.

Apesar de relatar sérias dificuldades para sair de casa, já que tinha tonturas que dificultavam sua locomoção e se sentia pouco capaz de ser respeitada quando demandava algo em instituições estatais, Dona Dores também foi obrigada a traçar estratégias de deslocamento nesse período. O principal trajeto realizado com regularidade era o de ida ao Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), que fica em Natal, onde o companheiro realizava a quimioterapia. Para o traslado até esse espaço a família gastava parte considerável da renda que possuía, por isso passei as informações de como conseguir o serviço pela assistência social de Parnamirim, porém a requisição não foi atendida, mesmo tendo afirmado que seria, o que impulsionou a perda de um dos dias do tratamento do esposo de Dona Dores. Para denunciar essa negligência, Dona Dores pediu para Assistente Social do HUOL relatar o ocorrido as instâncias competentes pela fiscalização desse serviço na cidade.

Somado a esse problema, houve o agravo gerado pela pandemia quanto ao aprofundamento da insuficiência dos insumos hospitalares na UBS que atendia a família de Dona Dores. Esse era um problema grave para o marido dela porque ele necessitava de trocas diárias de curativos nas úlceras provocadas pelo câncer. No curso da pesquisa, o companheiro de Dona Dores faleceu. Só a evidência desse acontecimento já deixava Dona Dores preocupada com a possibilidade de não ter mais recursos para garantir a sua alimentação e de sua parentela, infelizmente tal preságio se concretizou, o que mobilizou eu e Francisca a fazermos a arrecadação de mantimentos para ela na nossa vizinhança.

O Brasil dessas três mulheres já era um lugar onde há muito tempo pessoas eram sufocadas até a morte, a pandemia só intensificou a “necropolítica” (MBEMBE, 2011) que gesta a população desse território, porém aquelas cuidadoras, ao lutar para assegurar o acesso a direitos sociais para si e seus familiares, mostram praticamente que “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2009, p. 105). Essa constatação foi o que me levou a entender que os movimentos cotidianos de manutenção da vida que minhas colaboradoras realizavam, mesmo que não proclamadamente por elas, desestabilizavam

os discursos midiáticos sobre a prioridade nacional do momento e tensionavam por melhoras em seu território⁶.

Destaco aqui o que frisei na minha dissertação sobre “as situações degradantes que trouxe [estarem] inseridas em um quadro maior de injustiças sociais, pois caracterizam a forma que as populações pobres comumente são gestadas pelo Estado brasileiro” (TAVARES, 2021, p. 92), que, como mostra o relatório “O Brasil Com Baixa Imunidade” do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INSC), aprofundou-se nos cinco anos antes de iniciar a pandemia. Afirmo isso devido a:

Segundo o documento citado, no Brasil o orçamento público está a serviço da desigualdade, pois taxa proporcionalmente mais as pessoas pobres, ao passo que os maiores gastos são em ações que favorecem quem é rico/rica (INSC, 2020, p. 12). Por esse motivo a organização considera que o sistema tributário contribui para a violação de direitos, já que ele não é regido por um mecanismo redistributivo (INSC, 2020, 18). Na pesquisa do INSC é apontado ainda que desde 2015 várias políticas públicas que asseguram direitos sociais vêm perdendo recursos, com isso a seguridade social (que engloba a saúde, previdência e assistência) é uma das áreas que teve maior perda orçamentária (INSC, 2020, p. 41). Especificamente no que tange à saúde, o estudo assinala que as mudanças feitas através da portaria nº 2.979/2019 do Ministério da Saúde, que muda as regras de financiamento da atenção básica (INSC, 2020, p. 53), podem enfraquecer esse nível de atuação do SUS de uma maneira que prejudique os esforços necessários para as ações de combate à Covid-19 (INSC, 2020, p. 53). (TAVARES, 2021, p. 92-93).

Resgato ainda minha dissertação para lembrar que as mesmas mulheres que eram as principais responsabilizadas pelos cuidados de parentes adoecidos, eram quem “já arcavam mais intensamente com as atribuições de tutoria de jovens negros em um território marcado pela violência letal a esses sujeitos” (TAVARES, 2021, p. 92). Trago isso porque “no meu campo essa multiplicação de demandas para a manutenção da vida dos componentes da família gerou uma sobrecarga para as tutoras com quem trabalhei”

6 Esse movimento de pressão de pessoas e/ou grupos marginalizados que tem o potencial de transformação das instituições é uma discussão feita a certo tempo por antropólogos/antropólogas do Estado. Tive acesso a ela através de Das e Poole (2008), ainda sobre esse assunto, outros trabalhos que recomendo, antigos e pertinentes, são os de Gupta (2015) e Ferguson e Gupta (2002).

(TAVARES, 2021, p. 92), fazendo com que elas também considerassem os problemas de segurança pública na hora de lidar com as dinâmicas do período pandêmico, elemento que talvez foi o fio condutor de como observei que elas responderam a efervescência da luta internacional pela vida da população negra, reflexões que trago na próxima parte do texto.

Quem tem medo do corona? O #blacklivesmatter no/do território 2

O principal risco a vida de um jovem em um lugar em que pessoas do seu segmento etário são constantemente assassinadas é a contaminação por um vírus? Duas de minhas colaboradoras de pesquisa (Neguinha e Francisca) fizeram com que me perguntasse isso quando mostraram que, apesar de suas preocupações de biossegurança, sabiam que nos bairros a oeste de Parnamirim seus filhos estavam mais vulneráveis a morte devido à insegurança pública. Isso me fez pensar que, mesmo quando a norma midiática no Brasil e em quase todo mundo para assegurar a sobrevivência da humanidade se tornou o controle sanitário, essas mulheres estavam sinalizando que, no território violento em que residiam, para manter a vida de seus tutelados era necessário pensar a pandemia articulada com outras preocupações, como por exemplo o extermínio da juventude pobre e periférica, que comumente é majoritariamente negra.

Não era um acaso daquele momento que essas reflexões que observava na vivência daquelas mulheres fossem desconsideradas nas projeções nacionais sobre as ações que deveriam ser coletivamente tomadas no país. Até antes de 25 maio de 2020 (data do assassinato do afro-americano George Floyd) a popularização desse debate no Brasil e no mundo parecia algo distante, isso porque a discussão dizia respeito a valorização da vida de populações historicamente marginalizadas nos projetos nacionais de maior parte dos Estados forjados na colonização europeia a partir da escravização de povos não brancos. As mulheres com quem trabalhei já vinham mostrando em seu território o que, em maio de 2020, a efervescência da luta internacional pela vida das pessoas negras mostrou para o mundo, que “na sombra do lado escuro, onde a própria situação de margem revela os sentidos que se escondem atrás da normalidade e onde é possível visualizar o papel histórico do Estado nacional como forjador de alteridades”

(SERJE DE LA OSSA, 2011, p. 20, tradução nossa), alteridades que em muitos casos são produzidas para que se reconheça quem é digno de empatia.

A maneira contra-hegemônica com que aquelas mulheres lidaram com a pandemia para assegurar uma proteção integral aos seus familiares mais vulneráveis a violência letal, assim como trouxe do acompanhamento que realizei com algumas delas ao buscarem serviços e benefícios públicos naquele período, era o resultado de como a dupla produção do Estado e gênero (VIANNA; LOWENKRON, 2017, n.p.) enredava as técnicas de cuidado delas com as pessoas que estavam sob sua responsabilidade. Essas habilidades foram adquiridas porque minhas colaboradoras a muito tempo já faziam a vida possível em “exceção ordinária” (ROBOTTOM, 2018), o que exigia delas saber como absolver no cotidiano o que se julga como ruim, efetuando intervenções diárias em sua unidade doméstica, já que sua agência⁷ era maior sobre as relações que aconteciam naquela atmosfera.

Cheguei a essa consideração por articular algumas falas de Neguinha com a não menção de um caso de tortura e execução que aconteceu na nossa região, o qual foi o impulsionador estadual para as mobilizações pela vida da população negra que aconteceram naquele período. Trago abaixo recortes etnográficos sobre as situações com Francisca e Neguinha que me fizeram construir as reflexões supracitadas.

Na minha dissertação chamei atenção para duas falas que evidenciavam que, mesmo em meio a uma pandemia na qual milhares de pessoas perdiam a vida diariamente devido ao adoecimento, as tutoras com quem trabalhei acionavam a falta de segurança pública como um dos riscos mais latentes para seus tutelados. A primeira, dita por Neguinha (uma mulher que teve um dos filhos assassinados após o dono de um 24h dá-lhe um tiro, ele tentar ir para casa dela para pedir socorro, mas ser interpelado antes por outro rapaz a mando do comerciante, o qual efetuou um outro disparo, sendo esse fatal), ocorreu em 10/04/2020 e foi para justificar o motivo de ter um grupo de amigos do filho bebendo com ele na frente da casa dela. Neguinha nos disse (a mim e a Francisca) que “é por isso que eu deixo ele fazer essas coisas aqui, eu sei que me julgam, mas sou mãe e não quero afastar meu filho de perto de mim, porque isso põem ele em mais risco” (TAVARES, 2021, p. 78).

7 Minha compreensão de agência está alinhada à de Ortner (2007), que a entende como uma combinação de intencionalidade e poder.

Constatando perigos similares, por mas que oralizasse com uma intensão diferente, Francisca produziu uma fala que na dissertação aproximei do dito por Nequinho. Isso porque ela, para ressaltar a necessidade de manter os cuidados de biossegurança, em uma conversa no seu núcleo familiar tentou convencer o tutelado (usuário de maconha e que já havia sido torturado por policiais) a parar de frequentar uma praça onde já havia ocorrido tiroteios e acontecia batidas policiais constantes, passeios que ele fazia diariamente para se divertir. Francisca indagou o membro de sua parentela dizendo “só quando rola bala é que você acha que pode morrer e fica quietinho em casa? *Nome do tutelado*, Aqui tem duas pessoas do grupo de risco, se você não ama sua vida, pelo menos pense na nossa!” (TAVARES, 2021, p. 80).

Repito aqui o que analisei na dissertação, quanto as falas daquelas duas colaboradoras capturarem “a paisagem de morte e arbítrio, que estrutura a sociabilidade” (PINHO, 2014, on-line) da nossa localidade, “em um movimento similar ao que Osmundo Pinho afirma que os grupos musicais de jovens das periferias do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo apresentam em suas produções artísticas” (TAVARES, 2021, p. 81). Aquelas comunicações também eram um esforço para intervir nas relações e deslocamentos dos filhos, com o objetivo de os salvaguardar.

Essa forma de reagir a insegurança pública se manteve igual mesmo depois dos excepcionais atos pela vida da população negra, que, apesar de pautarem algumas das demandas que também eram as daquelas mulheres, não as mobilizou para participar ou se quer os mencionar quando conversávamos, mesmo que no RN eles tivessem sido motivados por um caso que ocorreu no território 2. A partir de duas falas de Nequinho, na dissertação refleti sobre essa não menção aos atos e ao caso que os motivava como uma continuidade da técnica de absorção no cotidiano dos múltiplos assassinatos juvenis com que aquelas mulheres constantemente se deparavam, movimento que elas provavelmente realizavam para aperfeiçoar suas habilidades de cuidado aos filhos que identificavam como mais vulneráveis a serem vítimas de homicídio (TAVARES, 2021, p. 106). Produzindo esse artigo, entendi que isso ocorria porque essa prática tinha maior impacto na sua unidade doméstica, já que nela aquelas mulheres possuíam maior agência, podendo inclusive intervir com mais recorrência. Abaixo trago os recortes etnográficos que me fizeram chegar a essa consideração.

Cabe iniciar falando do caso Gabriel, que foi o detonador das mobilizações pela vida da população negra no RN. Ele se refere ao “desaparecimento e depois descoberta de morte de Giovani Gabriel de Souza Gomes, que aconteceu dia 05/06/2020 no bairro Santa Tereza/Parnamirim” (TAVARES, 2021, p. 94). “Giovani Gabriel era um jovem (de 18 anos), negro, morador de uma periferia da capital (Bairro Guarapes) que foi abordado, torturado e morto por PMs quando estava indo para a casa da namorada” (TAVARES, 2021, p. 94). Infelizmente, na nossa região, o caso dele não é uma exceção, mas a comoção que ele gerou no estado sim, na dissertação discuto calmamente como aquele acontecimento virou “matéria moral de justa indignação ou empatia” (VIANNA, 2013, p. 22) por estourar no mesmo momento que em vários cantos do Brasil e do mundo ocorriam levantes pela vida das pessoas negras (TAVARES, 2021, p. 94-97). O que acabou sendo secundarizado nesses atos foi como a desigualdade urbana que impulsiona os problemas de segurança pública do território 2 contribui para que mortes como a de Gabriel aconteçam, por isso também me dediquei a analisar essa questão na dissertação (TAVARES, 2021, p. 98-104).

Durante a pesquisa de mestrado, na busca para compreender essa não menção ao caso entre minhas colaboradoras, apesar de o acontecimento condensar vários elementos que entendia como relevantes na rotina daquelas mulheres, lembrei de um diálogo que tive com Neguinha antes daquele assassinato ocorrer, no dia 10 de abril de 2020. Nele ela relatou como desejava que seu filho não fosse morto, mas que tinha aceitado porque isso eram “coisas” que aconteciam com “os jovens”. Aquela afirmação me deixou incomodado, por isso falei que se tivessem mais oportunidades para juventude poderíamos está em outro contexto. A isso ela respondeu “é, tem que ter mais oportunidade”. Aquela reação me pareceu tão seca de expressividade, que ouvi como um “ok, anotado” com outras palavras e fiquei constrangido (TAVARES, 2021, p. 105).

Meses depois do assassinato de Gabriel, quando retornei para fazer uma entrevista com Neguinha, ela deu mais uma informação que seria fundamental para que eu construísse minha compreensão sobre como as mulheres com quem trabalhei estavam lidando com aquele caso. No caminho para a casa daquela colaboradora, eu e Francisca vimos pichado em vermelho – no muro das ruínas de uma escola abandonada – a frase “QUEM? ASSASSINOU DIEGO!!”. Já havíamos notado uma pichação similar, também em vermelho, nos destroços do que foi uma Unidade de Pronto

Atendimento (UPA), na qual se lia “QUEM?? MATOU DIEGO!!”. Não era comum vermos pichado perguntas como aquelas na nossa região. Por isso desconfiamos que aquilo era um efeito das mobilizações em prol de justiça no caso Gabriel, pois logo após a descoberta da morte do jovem constantemente era midiaticizado a luta de familiares e militantes do movimento negro que cobravam a descoberta da autoria do crime. Essa eventualidade despertou a nossa curiosidade para saber quem era Diego, perguntamos a algumas pessoas que moram próximas aos restos do que foi a UPA, mas nenhuma o conhecia. Minha mãe aproveitou o momento da entrevista para perguntar a Neguinha, ao que ela respondeu “não tenho como saber”, justificando que “matam tantos” e depois listando mais de cinco jovens da sua rua que foram assassinados próximo da data em que o filho dela morreu. Ela não citou o nome de nenhum deles, só os das suas mães (TAVARES, 2021, p. 105-106).

Apesar de me considerar um militante do movimento negro e ter sido um entusiasta da efervescência das lutas antirracistas em 2020, não tenho como desqualificar a escolha da forma de atuar pela vida da juventude negra que entendi que estavam fazendo as mulheres com quem trabalhei. Nem sei se estaria vivo para militar se não fosse as ações constantes e singelas de uma delas.

Considerações finais

Ao longo desse texto trouxe recortes da minha pesquisa de mestrado para retrabalhar, sob a ótica de uma bibliografia da antropologia do Estado-nação, como as mães com quem trabalhei, ao reconstruírem ou não deixarem que fosse destruído o mundo delas e de sua parentela frente ao luto da perda de um familiar e dois eventos de grande impacto internacional, estavam fazendo família e Estado ao buscarem serviços públicos em um território marcado por precariedades e pela violência urbana. Para isso, na primeira parte do texto elenquei como algumas das minhas colaboradoras lidaram com o aprofundamento das fragilidades na seguridade social durante a pandemia, já na segunda refleti sobre como elas articularam as prevenções de segurança pública com as sanitárias, além de indicar como a técnica de absorção no cotidiano da mortandade juvenil, que entendo que elas desenvolveram, fez com que elas não alterassem suas ações quando detonou as mobilizações pela vida das pessoas negras no RN, impulsionadas por um caso que ocorreu na região em que residimos.

Com essa produção etnográfica considero que para minhas colaboradoras a prioridade era a manutenção da unidade doméstica, por isso, com ou sem pandemia, com ou sem mobilizações pela vida das pessoas negras, elas buscavam diariamente que houvessem condições das suas famílias continuarem existindo. Para atingir esse objetivo era necessário usar suas energias vitais da maneira mais estratégica possível, o que incluía se valer do saber acumulado sobre as violências e precariedades do seu território. As vezes essa expertise as colocava em vias diferentes das que estavam sendo propagandeadas como o consenso nacional.

Seus movimentos, se alinhando ao estabelecido ou divergindo, tensionavam nas instituições em que elas pleiteavam algum serviço/benefício público, sendo por isso um elemento de construção do Estado nas margens, assim como suas táticas para manterem seus filhos seguros mesmo em um lugar em que constantemente pessoas como eles eram assassinadas, já que haviam poucas iniciativas estatais para os salvaguardarem. Só com uma observação criteriosa e uma análise sensível é possível entender a agência constata daquelas mulheres para não deixar seus mundos ruírem ou reconstruírem quando necessário. Atentar-se para as demandas que aquelas mulheres têm ao fazerem a vida possível em meio a tantas limitações pode indicar um caminho mais justo para o Brasil, espero que meu trabalho tenha contribuído para isso, mesmo sabendo que a antropologia pode colaborar muito mais.

Referências bibliográficas:

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHATTERJEE, P. *La nación en tiempo heterogéneo: y otros estudios subalternos*. 1a ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

DAS, V. e POOLE, D. *El estado y sus márgenes. Etnografías comparada*. [S.I.]: Revista Académica de Relaciones Internacionales, 2008.

FERGUSON, J. e GUPTA, A. “Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality”. In: *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981-1002, 2002.

Foucault, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GUPTA, A. Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado. Em: Philip Abrams; Akhil Gupta e Timothy Mitchell (orgs) *Antropología del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *O Brasil com baixa imunidade: Balanço do Orçamento Geral da União 2019*. Brasília: INSC, 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica Seguido de Sobre El Gobierno Privado Indirecto*. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

MBEMBE, A. *O direito universal à respiração*. In: <https://www.geledes.org.br/>, acessado em 10/11/2020. On-line: Site Geledés, 2020.

ORTNER, S. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PINHO, O. O fantasma do Estado: genocídio e necropolítica. In: <https://www.geledes.org.br/>, acessado em 10/11/2020. On-line: Site Geledés, 2014.

ROBOTTOM, C. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

SERJE DE LA OSSA, M. *El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2011.

TAVARES, J. *Território, maternagem e extermínio da juventude negra: uma etnografia nas periferias ao oeste de Parnamirim/RN*. Natal: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN, 2021.

VIANNA, A. (org). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013, p. 15-35.

VIANNA, A. e LOWENKRON, L. *O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens*. Cadernos Pagu[online]. 2017, n.51, e175101.